



Índice

- 01** Alívio temporário: Lewandoski suspende reintegração de posse contra Kurusu Amba
- 02** Movimento de Pescadores ocupa Superintendência do Ministério da Pesca na Bahia
- 03** MPF/PB realiza consulta pública sobre poluição do Rio Gramame
- 04** STF suspende decisão de despejo da comunidade Guarani-Kaiowá de Kurusu Ambá, no MS
- 05** Nova Unidade do Museu do Índio mais perto das aldeias
- 06** Profissionais do DSEI Altamira são capacitados em malária
- 07** Profissionais da Sesai são capacitados sobre monitoramento de convênios
- 08** MPF recomenda que Ifro altere método do sistema de cotas
- 09** Famílias indígenas podem ser despejadas em Coronel Sapucaia
- 10** Senar capacita instrutores indígenas para dar cursos no Estado
- 11** Justiça condena indígena por estupro de vulnerável
- 12** Projeto lança documentário realizado com quilombolas do Acará
- 13** Mais um encontro pedagógico em escola quilombola
- 14** Quilombolas de Brejinho de Nazaré receberão "Ação Viva Mulher"
- 15** Titulação quilombola em Oriximiná deve ser feita em dois anos
- 16** Enchente: ribeirinhos recebem cestas básicas e água potável



- 17** Ricardo Coutinho anuncia retomada de instalação de poços e cisternas em quilombos
- 18** Projeto leva justiça gratuita para ribeirinhos do Estado
- 19** Ribeirinhos em Poconé vão receber Termos de Autorização de Uso Sustentável
- 20** Sesai capacita profissionais para assistência a povos indígenas isolados
- 21** FAS mobiliza lideranças e agentes comunitários de saúde em encontro na RDS Rio Negro
- 22** Mulheres Xinguanas cada vez mais fortes por meio da Associação Yamurikumã
- 23** Justiça Federal em Alagoas determina posse definitiva da TI Xucuru Kariri
- 24** Resultado final do primeiro edital para apoiar planos de gestão ambiental e territorial para Terras Indígenas da Caatinga e do Cerrado
- 25** Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: quem vai participar? Os Munduruku? Os Borari e Arapium? Dona Damiana?
- 26** MP investiga suposto caso de violência policial em comunidade cigana
- 27** Governo Federal planeja assentar 120 mil famílias nos próximos quatro anos
- 28** Prefeito busca apoio para o setor pesqueiro da região sul
- 29** Prefeitura de Macapá decreta situação de emergência no Bailique
- 30** Manifestantes invadem Eletrobras e cobram melhorias no serviço

Alívio temporário: Lewandowski suspende reintegração de posse contra Kurusu Amba
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2015



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, suspendeu liminar de reintegração de posse que estava para ser cumprida contra a comunidade de Kurusu Amba, em Mato Grosso do Sul. O presidente do Supremo Tribunal Federal mandou comunicar a decisão “com urgência” ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, “para imediato cumprimento”.

Diz a decisão, datada de ontem, 11/03/2015:

“[...] Isso posto, defiro o pedido para suspender a execução da decisão liminar de reintegração de posse proferida na Medida Cautelar Inominada 0001837-10.2014.403.6005, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Ponta Porã/MS, até o trânsito em julgado da decisão de mérito na Ação de Reintegração de Posse 00001028-54.2013.403.6005. Comunique-se, com urgência, ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para imediato cumprimento desta decisão. Publique-se. ”

CONT.



Abaixo, os dados referentes à Ação:
SL 842 – SUSPENSÃO DE LIMINAR (Eletrônico)

Origem: MS – MATO GROSSO DO SUL
Relator: MINISTRO PRESIDENTE
REQTE.(S) FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO – FUNAI
PROC.(A/S)(ES) PROCURADOR-GERAL FEDERAL
REQDO.(A/S) JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DA PONTA PORÃ
REQDO.(A/S) PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PROC.(A/S)(ES) SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) CERCY SILVEIRA DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) ELAINE TERESINHA BORDÃO
ADV.(A/S) CÁSSIA DE LOURDES LORENZETT
INTDO.(A/S) UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Informação enviada para Combate Racismo Ambiental por Ana Beatriz Lisboa.

Movimento de Pescadores ocupa Superintendência do Ministério da Pesca na Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2015

Pescadoras e pescadores exigem a efetivação dos seus Direitos e a regularização fundiária dos seus Territórios Pesqueiros Quilombolas.



Por MPP Bahia

No início da tarde de hoje, 12, cerca de 300 pescadores e pescadoras artesanais iniciaram uma ocupação na Sede da Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura da Bahia, localizado no Bairro do Comércio/Salvador. O ato é realizado pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais no contexto da Jornada de luta da Via Campesina.

Com a ação, o MPP – Bahia busca apresentar de forma mais incisiva seu posicionamento crítico referente às Instruções Normativas do MPA e as recentes Portaria 445 MMA e Medidas Provisórias que comprometem a sustentabilidade da pesca artesanal e os direitos trabalhistas e previdenciários conquistados pelos pescadores e pescadoras num intenso processo de luta. Além disso, o Movimento, que é composto por diversas comunidades remanescentes de quilombo, exige a imediata regularização fundiária de seus Territórios Tradicionais Pesqueiros – Quilombolas.

CONT.



Confira abaixo o Manifesto do MPP Bahia sobre a efetivação dos seus direitos sociais e em defesa dos seus Territórios Tradicionais:

Manifesto do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais em favor da efetivação dos direitos sociais e em defesa dos seus territórios tradicionais

Na semana da JORNADA DE LUTA dos Movimentos Campesinos do Brasil, o MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DA BAHIA pressiona os órgãos governamentais para exigir seus direitos. As Comunidades Tradicionais Pesqueiras e Quilombolas da Bahia estão com seu modo de vida e territórios ameaçados pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Brasileiro. São muitos os empreendimentos econômicos (industriais, turísticos, imobiliários, petroquímicos, aquícolas-produção de peixes e camarão em cativeiro...) que expropriam violentamente essas comunidades, degradam o meio ambiente, contaminam as águas, provocam adoecimento e morte, além de comprometer a manutenção da atividade e cultura pesqueira, a soberania alimentar e os modos de fazer, viver e criar destas comunidades.

1. Lutamos contra a publicação das inúmeras Instruções Normativas do Ministério da Pesca que retiram os direitos dos pescadores/as e burocratizam o acesso à documentação e aos benefícios trabalhistas e previdenciários conquistados num intenso processo de luta dos pescadores e das pescadoras do Brasil.

2. Lutamos pelo fim da perseguição e criminalização dos pescadores/as artesanais configuradas nas INs com o claro objetivo de inviabilizar o exercício da atividade pesqueira tradicional e impor o modelo de produção aquícola. Essa posição do MPA retrata uma profunda discriminação a cultura milenar da pesca artesanal, bem como, o racismo institucional contra as comunidades pesqueiras.

3. Lutamos pela Regularização dos Territórios Tradicionais Pesqueiros e Quilombolas, exigimos a publicação imediata e integral dos (RTIDs) – Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Titulação dos territórios das comunidades quilombolas, paralisados no INCRA.

4. Exigimos que a SPU acelere o processo de identificação das áreas da União e emita os Termos de Autorização de Uso-TAUs. 5. Repudiamos o processo de elaboração e identificação das espécies ameaçadas de extinção. Lutamos para assegurar a participação dos pescadores e das pescadoras no processo de reflexão e identificação das espécies ameaçadas de extinção, conforme o direito de consulta prévia assegurada pela Convenção 169-OIT desrespeitada pela Portaria 445 do MMA.

ESTAMOS FIRMES PELA DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS E DOS NOSSOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E UNIDOS NA JORNADA DE LUTA COM OS TRABALHADORES E POVOS DO CAMPO NA LUTA PELA TERRA E ÁGUAS LIVRES.

Ocupação Superintendência do Ministério da Pesca na Bahia

Salvador, 12 de março, 2015



MPF/PB realiza consulta pública sobre poluição do Rio Gramame

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2015

Comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores) e população em geral serão ouvidas sobre impactos causados pela degradação do rio

MPF/PB

Nesta segunda-feira, 16 de março, o Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB) vai realizar consulta pública sobre a poluição do rio Gramame. A consulta terá início a partir das 13h30 e ocorrerá na Escola Viva Olho do Tempo, situada na Rua Telegrafista Geral do Fagundes de Araújo, n.º 10, em Gramame, João Pessoa (PB). A rua também é conhecida como Estrada Velha para Recife.

Conforme o edital de convocação, o evento tem o objetivo de ouvir as perguntas e demandas das comunidades afetadas pelo problema. Além disso, visa a convocar os órgãos federais, estaduais e municipais encarregados da proteção do meio ambiente, recursos hídricos e outros aspectos da proteção do rio, bem como a Universidade Federal da Paraíba e a sociedade civil, para expor as ações, estudos e discussões acerca dos impactos causados pela poluição das águas sobre as comunidades ao longo do rio.

Para a realização da consulta pública, levou-se em consideração a tramitação, no MPF, do Inquérito Civil n.º 1.24.000.000257/2007-59, que trata do despejo de produtos químicos no leito do rio Gramame e dos impactos produzidos por essa agressão sobre as comunidades que se situam em seu entorno, em especial a comunidade indígena tabajara, a comunidade Mituçu, remanescente de quilombo e as comunidades de pescadores.

[Confira a íntegra do edital](#)



STF suspende decisão de despejo da comunidade Guarani-Kaiowá de Kurusu Ambá, no MS

SÍTIO CIMI, 12.03.2015

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, decidiu, nesta quarta-feira (11), suspender a decisão de reintegração de posse da comunidade Kurusu Ambá, no Mato Grosso do Sul. As 50 famílias Guarani-Kaiowá, que retomaram o Tekohá em setembro de 2014, lutavam para evitar a ordem de despejo, marcada para a próxima segunda-feira (16).

Nesta quinta-feira (12), o STF expediu o ofício comunicando a decisão que garante, pelo menos até o fim da ação de reintegração de posse, a permanência das famílias no território tradicional.



Nova Unidade do Museu do Índio mais perto das aldeias

SÍTIO FUNAI, 12.03.2015

Com localização privilegiada, próximo às aldeias das Regiões Norte e Centro-Oeste, o Centro Cultural Indígena de Formação Audiovisual de Goiânia - Guaias é a unidade do Museu do Índio voltada para o registro e a documentação das diversas expressões indígenas.



Foto: Acervo/Funai

No dia 27 de fevereiro, recebeu a visita do Presidente da Fundação Nacional do Índio, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, da Diretora de Administração e Gestão do órgão, Thais Dias Gonçalves, e do Diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho, que foram conferir de perto as obras de reforma do prédio - onde já funcionou a antiga Administração Executiva Regional de Goiânia da FUNAI.

Em andamento, a execução de um moderno projeto paisagístico que pretende abrigar esse centro de referência nacional para a arte audiovisual desenvolvida pelos povos indígenas. Para incrementar a vida cultural da cidade, espaços para auditório, cinema e salas de exposição estarão abertos aos visitantes e contarão com climatização adequada às normas de preservação.

Previsto para abrir ao público até o final de 2015, o foco do centro cultural Guaias é o desenvolvimento de projetos culturais, o treinamento de grupos indígenas em novas técnicas de produção de mídias digitais, em arquivos imagéticos e sonoros, além da promoção de exposições de sua cultura material.

Fonte: www.museudoindio.gov.br/divulgacao/noticias/877-nova-unidade-do-museu-do-indio-mais-perto-das-aldeias



Profissionais do DSEI Altamira são capacitados em malária

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 12.03.2015

Técnicos de enfermagem do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Altamira participam, até esta sexta-feira (13), de um curso de capacitação sobre malária. Promovido pelo DSEI Altamira, o curso visa aprimorar os conhecimentos dos profissionais nos aspectos que envolvam a realização dos testes rápidos e gota espessa, diagnóstico clínico, prevenção e tratamento da doença. O evento, que acontece no município de Altamira (PA), teve início na última segunda-feira (9).

De acordo com o coordenador do DSEI Altamira, Lindomar Carneiro da Silva, durante os últimos quatro anos, houve uma redução considerável de incidências da doença entre a população indígena. "Essa capacitação é de extrema importância para intensificar as ações de vigilância e, principalmente, no controle dos casos de malária na população de jurisdição do DSEI", destaca o coordenador do distrito.

Ele acrescenta que outros dois cursos estão previstos para este ano de 2015. Ao todo, 60 profissionais técnicos de enfermagem estarão capacitados até o fim do ano.

Capacitação para Aisan

Começou na última segunda-feira (2) a capacitação para os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN). Neste módulo, os AISAN estão recebendo informações teóricas sobre abastecimento de água, educação ambiental, saúde ambiental e o papel do AISAN no controle e prevenção de doenças. O evento também acontece no município de Altamira (PA), com encerramento nesta sexta-feira (13).

"O objetivo do curso é capacitar os AISAN para operacionalizar e conservar as instalações de saneamento existentes nas aldeias, bem como o abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares. Eles devem, ainda, orientar a comunidade quanto ao uso dessas instalações e medidas de destinação adequada dos resíduos sólidos e preservação do meio ambiente para promoção à saúde", relata o chefe da Sesani, José Ciro de Lima e Silva. De acordo com Merivaldo de Jesus Paz Chipaya, Aisan da aldeia Tukamã, "esses cursos são essenciais porque levam para nossa comunidade ensinamentos sobre o que é saúde e os fatores que podem desencadear as doenças".

Profissionais da Sesai são capacitados sobre monitoramento de convênios
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 12.03.2015



A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) encerrou, nesta quinta-feira (12), a oficina de capacitação para aplicação da portaria nº 15/2014, que regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento das ações na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios.

Durante três dias, representantes da Divisão de Atenção à Saúde Indígena (DIASI) dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) se reuniram em Brasília (DF). "O objetivo foi alinhar o conteúdo que é inserido nas planilhas do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) para que haja uma padronização no momento da auditoria feita pela Controladoria Geral da União (CGU)", explica a coordenadora Geral de Planejamento e Orçamento da Sesai, Rozângela Fernandes Camapum.

Nas planilhas, são introduzidas informações sobre produção, escala de trabalho, indicadores de saúde, atendimentos médicos e de enfermagem e cobertura de programas, como imunização, saúde bucal e vigilância alimentar e nutricional. "O trabalhador vai para a área, faz as notações e depois repassa para o profissional do DSEI que vai inserir os dados no sistema. Esse trabalho é feito mensalmente", concluiu Rozângela.

CONT.



Atualmente, existem 13 mil trabalhadores nas aldeias, contratados pelas três conveniadas que executam ações complementares de atenção à saúde indígena: o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e a Missão Evangélica Caiuá.

“Essa capacitação foi importante para que todos os técnicos que trabalham com o SICONV possam elaborar relatórios mensais de forma qualificada e de acordo com a regulamentação exigida pela Sesai e pelos órgãos fiscalizadores”, disse o chefe da DIASI do DSEI Litoral Sul, André Luiz Martins.

Nesta sexta-feira (13), a oficina será realizada com representantes do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (SESANI).

Por Graziela Oliveira

Foto: Luís Oliveira/Sesai-MS



MPF recomenda que Ifro altere método do sistema de cotas

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 12.03.2015

Instituto Federal de Educação deverá alterar edital do processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio. O Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia recomendou ao Instituto Federal de Educação de Rondônia (Ifro) que altere o edital atual para ingresso em cursos técnicos de nível médio, especificamente nos itens que tratam da reserva de vagas. Ao analisar o método utilizado, o MPF observou que o Ifro soma as cotas de pretos, pardos e indígenas, em vez de separar cada grupo com sua cota.

A reserva de vaga nas instituições federais de educação faz parte de uma política de ação afirmativa e é regulamentada pela Lei Federal nº 12.711, de 2012. Em cada curso e turno, metade das vagas são destinadas a candidatos que estudaram integralmente em escolas públicas. Dentro do total de vagas reservadas, calcula-se as vagas destinadas a candidatos autodeclarados indígenas, negros e pardos, de acordo com o percentual de cada minoria étnico-racial, conforme dados do último Censo Demográfico do IBGE. Em Rondônia, há aproximadamente 1% de indígenas, 7% de negros e 55% de pardos.

Para o MPF, o problema é que o Ifro faz a soma destes percentuais e todas as vagas passam a ser disputadas pelos candidatos dos três grupos. O procurador da República Leonardo Sampaio afirma que o método adotado pelo Ifro "reduz drasticamente a probabilidade de ingresso de indígenas e negros, visto que, no lugar de concorrerem entre si, isto é, indígenas com indígenas e negros com negros, passaram a concorrer com pardos, mais numerosos e com menor nível de exclusão social".

Desta forma, o MPF recomendou que o Ifro altere o edital de seleção de alunos, para que os percentuais de indígenas, negros e pardos não sejam mais somados, mas, sim, individualizados, isto é, cada grupo seu número de vagas reservadas. Assim, cada candidato concorrerá apenas com os demais candidatos do mesmo grupo.

O MPF também recomendou que o Ifro altere o edital do processo seletivo quanto à ordem da disputa das vagas. "Todo e qualquer inscrito pelo sistema de cotas deve concorrer primeiramente às vagas destinadas à ampla concorrência; somente se não alcançar nota suficiente para ingressar sem as cotas, o aluno poderá recorrer às vagas reservadas, de acordo com os critérios econômicos e/ou étnico-sociais", afirma o procurador.

[Confira a íntegra da recomendação aqui.](#)



Famílias indígenas podem ser despejadas em Coronel Sapucaia

SÍTIO CAPITAL NEWS, 12.03.2015

Pelo menos 50 famílias guaranis-kaiowás que vivem numa área denominada 'Kurusu Ambá', nas imediações do município de Coronel Sapucaia, fronteira com o Paraguai, terão que deixar o local até a próxima segunda-feira, caso contrário serão despejadas.

Elas foram intimadas, pela Polícia Federal, na sexta-feira passada. Os indígenas aguardam a decisão do pedido de suspensão da liminar de despejo, peticionada pela procuradoria da Funai que deverá ser avaliada pelo ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o depoimento dos guaranis-kaiowás, no dia 6 deste mês, a Polícia Federal foi até a terra indígena e anunciou que o despejo da comunidade estaria marcado para o dia 16 de março, próxima segunda-feira.

Os indígenas disseram ainda que os policiais voltarão à comunidade hoje com o intuito de convencer os Guaranis-Kaiowás a se retirarem por "vontade própria" da terra que ocupam.

Frente a esta situação, o rezador da comunidade, Yvyra'ijá, de 65 anos, declarou que "a justiça já sabe qual a nossa posição". "Todos sabem. Nós não podemos sair, esta é nossa terra, estamos aqui porque lá onde estávamos morrendo de fome enquanto usavam de nossa terra. Só queremos nosso espaço para plantar mandioca e ter direito a uma vida digna. Não nos moveremos porque não podemos, buscamos apenas o que é nosso, retomamos aqui porque sabemos que aqui é nosso, está lá nos estudos, a Funai já estudou, é só olhar. Retomamos este lugar em especial porque esta é nossa terra mãe, nossa terra tradicional. Respeitamos a Constituição, e só entramos onde é nosso de verdade. É muito duro para mim que sou velho ver as leis de um país que tanto amamos, nos tratando tão mal. Eles vão expulsar de novo nós que somos velhos e nossas crianças? Resistiremos. Resistiremos aqui porque não temos opção. Só sairemos daqui mortos, porque a estrada para nós significará morte também", disse.

A procuradoria da Funai ingressou com o pedido de suspensão da liminar de despejo no STF e espera que justiça garanta aos indígenas um julgamento justo.

Fonte: Luana Rodrigues - Capital News



Senar capacita instrutores indígenas para dar cursos no Estado

SÍTIO CAPITAL NEWS, 12.03.2015

Indígena da etnia Terena e morador da aldeia Lagoinha, em Aquidauana (MS), Airson Gonçalves Joaquim, 31 anos, é formado em Turismo, porém nunca se afastou da produção de artesanato, atividade que garante o sustento da família. Agora, ele se prepara tecnicamente para assumir efetivamente a função de disseminador das práticas artesanais que representam a cultura da etnia há gerações. Junto com o também terena Osvaldo Tibério Carlos, Joaquim está sendo qualificado pelo Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural para dar cursos aos produtores rurais de Mato Grosso do Sul e para comunidades indígenas do Estado. Entre os cursos que poderá ministrar está o de Artesão de Artigos Indígenas.

“O curso de Artesão de Artigos Indígenas vai oferecer oportunidade não só para os Terenas, como também para outras etnias melhorarem as condições de vida e recuperarem os costumes registrados nos adereços e objetos de adorno”, afirmou. Segundo o instrutor, das cerca de 130 famílias que moram na Lagoinha poucas ainda dominam a técnica do artesanato. “Por necessidade de conseguir sustento para família ou mesmo desânimo, muitos de nossos irmãos deixaram de produzir peças que contam nas cores e formas um pouco da nossa história e cultura”, lamentou. Com a formação dos dois novos instrutores, o Senar/MS conta agora com quatro indígenas no seu quadro, preparados para ministrar cursos de qualificação profissional.

A aldeia Lagoinha é uma das nove existentes na região de Aquidauana e é formada por sete mil habitantes. Em razão da grande população indígena de Mato Grosso do Sul, o MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, por intermédio das secretarias municipais de Assistência Social e do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, solicitaram ao Senar/MS a oferta de mais opções de cursos de formação inicial e continuada para as aldeias.

Osvaldo Tibério Carlos, 41 anos, índio terena e morador na Aldeia Limão Verde, também em Aquidauana, fica visivelmente emocionado ao comentar sua participação no curso. “Estou muito satisfeito de participar deste treinamento, pois aprendi muita informação que não conhecia. Acredito que é uma troca de sabedoria: a do instrutor do Senar com o conhecimento e a minha, com a sabedoria da vida”, definiu o artesão que também se mantém produzindo artesanato com a família.

Troca de experiências - Estabelecida em Aquidauana há pouco mais de três anos, a artesã carioca Priscila Fernandes produz bijuterias há 13 anos. Priscila é mais uma das instrutoras em formação para atender aos cursos do Senar/MS. Antes de começar a atuar já se mostra realizada no Senar por participar de uma oportunidade única de integração com diferentes culturas. “Eu sempre trabalhei com bijoias, pedras brasileiras, sementes e macramê. Nos

CONT.



últimos 10 anos mantive meu sustento somente com a venda destes trabalhos e será muito produtivo ensinar técnicas e trocar experiência com alunos de uma cultura tão rica que é a indígena”, considerou.

A formação de instrutores indígenas vem complementar as ações já desenvolvidas pelo Senar/MS para essas comunidades. Em 2014, parcerias com os sindicatos rurais possibilitaram o atendimento de oito turmas e 86 concluintes em aldeias como a Tey Cue (Caarapó), Bananal e Imbirussu (Aquidauana), Bororó (Dourados) e Lima Campo (Ponta Porã). Foram ministrados os cursos de Horticultura Orgânica, Produtor de Mandioca e Olerícolas, Agricultor Orgânico e Viveiricultor. No total, em 2014 a instituição ofereceu 3,7 mil cursos gratuitos a 72,5 mil alunos do setor rural de Mato Grosso do Sul.

(Fonte: Famasul)

Fonte: Taciane Peres - Capital News



Justiça condena indígena por estupro de vulnerável

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 12.03.2015

O juiz titular da Vara Criminal da Comarca de Assis Brasil/Acre, Fábio Farias, julgou e condenou o indígena R. J. J. a uma pena total de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal), cometido contra uma garota, também indígena, de apenas oito anos de idade.

A sentença condenatória destaca que tanto a autoria quanto a materialidade do ilícito restaram devidamente comprovadas através dos depoimentos da vítima e testemunhas, que se mostraram "coerentes e em harmonia" com o conteúdo probatório reunido durante a instrução criminal.

Entenda o caso

De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), o acusado teria praticado o ato ilícito contra a vítima E. T. M. J. - sua própria sobrinha - no dia 30 de setembro de 2014, aproveitando-se da ausência momentânea de outras pessoas em sua residência.

Segundo a representação criminal, o réu teria imobilizado a garota e a arrastado até "uma mata" nas proximidades de sua casa, onde praticou o ato ilícito, soltando-a em seguida com a advertência de que não contasse aos parentes o ocorrido.

A criança, no entanto, relatou o episódio à sua genitora, que buscou as autoridades policiais para o acionamento das medidas cabíveis contra o réu. Tais providências resultaram na prisão preventiva do acusado, que atualmente encontra-se recolhido à Unidade de Recuperação Social Francisco de Oliveira Conde, bem como na instauração da ação criminal nº 0000533-19.2014.8.01.0016.

Sentença

Ao julgar o caso, o juiz titular da Comarca de Assis Brasil, Fábio Farias, destacou que restaram devidamente comprovadas tanto a autoria quanto a materialidade do ato ilícito, "quer pela oitiva da vítima, quer pela coesão das declarações das testemunhas arroladas".

O magistrado também assinalou que o fato de a vítima ser menor de idade não acarreta no descarte de suas declarações, caso se verifique - como de fato ocorreu - que o relato mostra-se "coerente e em harmonia com os demais elementos carreados aos autos".

CONT.



Fábio Farias considerou ainda que a vítima foi subjugada de maneira covarde pelo acusado, que, valendo-se de sua superioridade física, imobilizou-a e conduzia-a até um matagal, onde praticou o crime hediondo.

"A vítima (criança com apenas oito anos de idade) foi covardemente forçada a permitir que nela fossem praticados atos de libidinagem, assumindo uma postura de submissão. Não existe meia verdade ou mais do que a verdade. Existe apenas a verdade dos fatos. Na garimpagem das provas, aporta-se no entendimento de que houve estupro de vulnerável, tornando-se desnecessárias maiores digressões probatórias", anotou.

Por fim, o magistrado julgou procedente o pedido formulado pelo MPE e, na ausência de causas "excludentes de ilicitude e de culpabilidade", condenou o acusado a uma pena total de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal).

O réu ainda pode recorrer da sentença.



Boletim de Notícias - Edição nº 46/2015

Brasília, 13 de março de 2015.

Projeto lança documentário realizado com quilombolas do Acará

SÍTIO GLOBO.COM, 12.03.2015

*'Nós Quilombolas da Amazônia' será exibido nesta sexta, 13, às 19h.
Documentário integra programação da Mostra Banquete Brasil África.*

A programação da Mostra Banquete Brasil África, em cartaz no Centro Cultural do Carmo, em Belém, lança o documentário Nós Quilombolas da Amazônia nesta sexta-feira (13), às 19h. O vídeo é resultado das oficinas de música e audiovisual realizadas nas comunidades quilombolas de Guajará Miri e Itacoã, no Baixo Acará, nordeste paraense, contempladas no projeto homônimo - único premiado pela Região Amazônica no III Ideias Criativas Alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra, da Fundação Cultural Palmares.



Ao som de cantigas tradicionais do bumbá de Guajará Miri - Boi Resolvido, o documentário traz o olhar das próprias comunidades sobre suas manifestações culturais
(Foto: Divulgação)

A zona rural do Acará apresenta forte presença cultural do início de sua formação, no período colonial, quando era tomado por fazendas de cana-de-açúcar, depois arrendadas dos descendentes de senhores de engenho pelos antigos escravos. E apesar da semelhança com a história de formação de outras regiões brasileira, essas são histórias de quilombos amazônicos que cultivam raízes e tradições ribeirinhas, como as rodas de carimbó e o uso de curimbós, típicos da região.

CONT.



Tanto o projeto quanto o documentário pretendem contribuir para o reconhecimento da presença de comunidades quilombolas na Amazônia e suas peculiares na formação cultural do Pará, além de ser um importante registros da presença histórica negra no Estado.

Ao som de cantigas tradicionais do bumbá de Guajará Miri - Boi Resolvido, o documentário traz o olhar das próprias comunidades sobre suas manifestações culturais – “uma das necessidades apontadas pelos seus moradores”, segundo Waderson Lobato, Coordenador de Oficinas e Diretor de Produção do Projeto Nós Quilombolas da Amazônia. “Em conversas na comunidade percebemos que havia essa vontade deles em poder ouvir os moradores de lá contando suas histórias, suas lembranças, memórias. É isso que acho importante no Projeto, que essas histórias sejam ouvidas porque também é a nossa história, a nossa cultura, mas que hoje não tem espaço e pouco é valorizada”.

Envolvimento da Comunidade

Oficinas de audiovisual, música e literatura, cultura digital e elaboração de projetos culturais foram ofertadas pelo projeto Nós Quilombolas da Amazônia para integrantes das comunidades de Guajará Miri e Itacoã, que tivessem interesse e tempo disponível. Por fim, mais de 70 alunos, com idades entre 10 e 60 anos mostraram interesse e participaram.

A oficina de audiovisual começou de forma espontânea, intencionalmente sem roteiro definido, e diariamente surgiam sugestões dos participantes para a documentação desejada, explica Gilberto Mendonça, responsável por ministrar a Oficina de Mídias Móveis. “Todos os dias tinha uma novidade, um personagem que achavam interessante, uma roça que tinha que filmar, uma farinha pra queimar e coisas assim, cotidianas, quebrando um pouco a métrica da construção tradicional de um roteiro de documentário”.

O apoio da comunidade contribuiu também para que o resultado do Projeto fosse ainda mais rico, a partir da identificação pelos quilombolas daquilo que eles valorizavam dentro da própria cultura. “Nós sugerimos as histórias, os lugares e as pessoas; a comunidade participou bastante. Nas oficinas de música, por exemplo, os professores levavam os instrumentos e contribuíram muito com tudo que fosse necessário”, conta Edson Santana, quilombola e oficineiro de Música.

Serviço

Lançamento do documentário “Nós Quilombolas da Amazônia”, integrante do Projeto homônimo, premiado no III Ideias Criativas Alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra, da Fundação Cultural Palmares, nesta sexta, 13, às 19h, no Centro Cultural do Carmo, Cidade Velha.

Mais um encontro pedagógico em escola quilombola
SÍTIO INFONET, 12.03.2015

Encontro no Colégio Estadual Quilombola 27 de Maio



(Foto: Ilustrativa/ Arquivo)

A Secretaria de Estado da Educação, por meio do Departamento de Educação, Núcleo de Educação Diversidade e Cidadania (Nedic), realizou mais um encontro pedagógico na manhã da última quarta-feira, 11, no Colégio Estadual Quilombola 27 de Maio, localizado na comunidade quilombola Mocambo.

O evento teve como objetivo diagnosticar a situação pedagógica do colégio e propor um modelo de planejamento voltado às necessidades e especificidades da escola.

O professor Edson Aragão, coordenador da Educação Escolar Quilombola da Seed, iniciou os trabalhos enfatizando que este tipo de intervenção deve seguir uma proposta curricular construída com os quilombolas e para os quilombolas, baseada nos saberes, conhecimentos e respeito às suas matrizes culturais.

CONT.



"Trata-se de uma educação diferenciada em que se trabalha a realidade a partir da história de luta e resistência desses povos, bem como dos seus valores civilizatórios. A Educação Quilombola está fundamentada na vivência e organização coletiva, valores ancestrais, relação com a terra e com o sagrado, os quais precisam ser incorporados no espaço escolar das escolas quilombolas", disse.

Encontro Proveitoso

No evento, a professora Conceição Mascarenhas, chefe do Nedic, afirmou que o trabalho pedagógico realizado nas comunidades tradicionais, em especial nas quilombolas, requer uma relação profícua de parceria entre a escola e a comunidade local.

"Quando falamos das cinco escolas estaduais quilombolas atendidas pelo Nedic, avaliamos como um dos maiores avanços o fortalecimento dessa parceria em algumas dessas escolas e comunidades, fator que vem contribuindo significativamente para o processo de reflexão sobre uma escola voltada as especificidades de cada localidade", frisou a professora Conceição.

De acordo com a professora Ana Lúcia, diretora do Colégio Estadual Quilombola 27 de Maio, o encontro foi bastante produtivo, pois possibilitou maior articulação entre a comunidade local, deixando claro os objetivos a serem traçados durante o ano de 2015 e a importância do NEDIC no assessoramento às ações do colégio.

"O apoio do NEDIC à nossa escola tem acontecido de forma positiva e proveitosa, onde as orientações e debates têm norteado o trabalho junto aos professores para a elaboração do planejamento 2015, contextualizando-o de acordo com o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Escolar Quilombola", disse a dirigente.

Fonte: Ascom Seed/SE

Quilombolas de Brejinho de Nazaré receberão “Ação Viva Mulher”

SÍTIO SURGIU.COM, 12.03.2015



A “Ação Viva Mulher” que a Secretaria da Defesa e Proteção Social está promovendo em parceria com outras secretarias e instituições durante todo o mês de março irá ao município de Brejinho de Nazaré, para realizar atividades junto às comunidades quilombolas.

As atividades estarão concentradas na comunidade Manoel João e serão realizadas nesta sexta-feira, 13 a partir das 9 da manhã e de acordo com a programação estão previstas: roda de conversa com temas variados como direitos, saúde, educação previdenciária além de momentos que proporcionarão a beleza, auto-estima, música e lazer.

Entre os parceiros que estão organizando a ação estão: Sedeps – Secretaria da Defesa e Proteção Social, Instituto Crespas, INSS, Sesau e Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (Seelj).

Além da Manoel, também foram convidadas as comunidades Malhadinha, Córrego Fundo e Curralinho do Pontal, todas pertencentes ao município de Brejinho.

Foto: Divulgação
Fonte: Kelly Rosa
Postador: Caraúbas RN

Titulação quilombola em Oriximiná deve ser feita em dois anos

SÍTIO GLOBO.COM, 12.03.2015

*Justiça determinou prazo e punição ao Incra e à União por danos morais.
Órgãos público envolvidos terão que pagar R\$ 90 mil por danos morais.*



Alto Trombetas fica em Oriximiná, no noroeste do Pará

A Justiça Federal determinou que o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas do Alto Trombetas, em Oriximiná, noroeste do Pará, seja concluído em dois anos. A sentença é do juiz Érico Freitas Pinheiro, da 2ª Vara Federal de Santarém.

Com a decisão, a União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio) terão que pagar indenização de R\$ 90 mil pela demora na demarcação.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o processo de titulação iniciou em 2004, mas apenas em 2011 foi concluído o relatório que delimita o território, mas não chegou a ser publicado, não resultando em avanços. A área está sobreposta à Floresta Nacional Saracá-Taquera e a Reserva Biológica do Trombetas, sendo que o conflito foi parar na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). Mas a última reunião sobre o assunto ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

Para o MPF, a região onde os quilombolas vivem deve ser retirada das unidades de conservação para garantir a permanência das comunidades. A solução estava em debate na administração federal, mas a conciliação parou em agosto de 2014 na consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente, que deveria se manifestar sobre o assunto mas até agora não o fez.

Para o juiz, a demora permite concluir que há "omissão devidamente caracterizada, pois há um

CONT.



ano não ocorre qualquer outra reunião para ultimação das tratativas conciliatórias, no aguardo de pronunciamento do ministério, que até agora permanece inerte, aliado ao fato de que o procedimento de conciliação vem sendo realizado há considerável tempo, sem que uma solução satisfatória tenha sido encontrada até o momento”, diz na sentença.

Segundo a procuradora da República Fabiana Schneider, responsável pelo processo, o direito dos remanescentes de comunidades quilombolas à propriedade privada das terras está previsto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Desde 1988 existe a previsão do direito e os territórios do Trombetas ainda não foram titulados. “Em vez de encontrar um caminho harmônico para a solução da questão, a CCAF, numa postura absolutamente ilegítima, caminhava para a eternização do impasse. Assim, além do direito à titulação ser violado, a CCAF ainda desrespeitava o direito fundamental à razoável duração do processo, previsto no art. 5º da Constituição da República”, disse.

A assessoria de comunicação da Superintendência Regional do Incra informou que a autarquia ainda não foi intimado da decisão, da mesma forma que o ICMBio e a União, que são os requeridos na ação. “De antemão, o Incra/Santarém oficiou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), com sede em Brasília (DF), para obter informações sobre as negociações que objetivam dar fim ao litígio e viabilizar um acordo administrativo entre as partes. A nota informa ainda que o Incra concluiu os estudos que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território Alto Trombetas. A próxima fase é a publicação do documento.

Enchente: ribeirinhos recebem cestas básicas e água potável

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 12.03.2015

A Defesa Civil Municipal tem prestado socorro a dezoito famílias desabrigadas pelo aumento das águas do Madeira neste ano



A Defesa Civil Municipal tem prestado socorro a dezoito famílias desabrigadas pelo aumento das águas do Madeira neste ano. Elas estão recebendo água potável e cestas básicas e se encontram instaladas em barracas improvisadas em regiões do baixo e médio Madeira. Além desses casos, em decorrência das inundações do ano passado, quase outras duas mil famílias em situação de vulnerabilidade social vêm sendo regularmente assistidas com os mesmos materiais.

De acordo com as informações passadas por Auricélia Cavalcante, assistente social da Secretaria Municipal de Projetos Especiais e Defesa Civil (Sempedec), a maior parte das famílias atingidas pela enchente de 2014 já retornou à normalidade e não necessita mais da assistência do poder público. "Mas há casos de localidades inteiras, como São Sebastião e Boa Fé, por exemplo, que precisam ser abastecidas de água potável constantemente. Em Cujubim ainda restam muitas famílias em estado de vulnerabilidade que estão sendo abastecidas com alimentação e água. Isso está ocorrendo também em Mutuns, Ilhas dos Veados, Cujumbizinho, São Miguel, Silveiras, Maravilha I e II e em outras localidades", disse Auricélia.

CONT.



A Sempedec emite um relatório a cada vinte dias, detalhando tudo o que é distribuído e por quem são recebidos os benefícios. O último relatório registra que no mês de março já foram distribuídos mais mil fardos de água. Para todos os casos cadastrados, praticamente, há distribuição de água em face das contaminações em lençóis freáticos. Com relação a cestas básicas, para a região do médio-Madeira, por exemplo, quase duzentas cestas foram já passadas a famílias em Cujubim, Cujubim Grande, Bom Jardim, Mutuns e Pau d'Arco. "É preciso esclarecer que somente são atendidas famílias em comprovada situação de vulnerabilidade social. Nessas localidades, assim como em todas as demais, há muitas pessoas que não se adequam aos critérios requeridos para o recebimento dessa assistência. Algumas pessoas não entendem porque ajudamos a algumas famílias e a outras não, mas é porque seguimos os critérios recomendados para esses procedimentos", explicou a assistente social.

Marcelo Santos, coordenador municipal da Defesa Civil, informou que recentemente o prefeito foi procurado por uma pessoa que alegou não estar chegando mantimentos em sua localidade. "Ocorre que os nossos relatórios comprovam que no dia 10 de fevereiro foram para São Miguel setenta e cinco cestas básicas e setecentos e cinquenta fardos de água. Então, muitas vezes, pessoas que não são os representantes cadastrados das comunidades divulgam informações improcedentes, mas nós temos registrado todo o acompanhamento da entrega dos mantimentos nos distritos. A cada vinte dias um novo relatório é emitido, comprovando o atendimento a todas as localidades designadas como aptas a receberem socorro", afirmou, esclarecendo também que até o início da próxima semana dois mil fardos de água serão entregues em Jaci-Paraná, três mil em Abunã e mil cento e cinquenta fardos serão entregues na região de Calama e localidades próximas.

O material é adquirido por meio dos recursos repassados do Ministério da Integração ao estado, sendo que este os repassa ao município para que possa executar os atendimentos. "Esse recurso foi originado pelos estudos realizados pelo município em 2014, que demonstrou a quantidade de famílias necessitadas de assistências após o episódio que desencadeou o estado de calamidade pública em Porto Velho", concluiu Marcelo Santos.

Por: Renato Menghi

Fotos: Sempedec

Ricardo Coutinho anuncia retomada de instalação de poços e cisternas em quilombos
SÍTIO ARARUNA ONLINE, 12.03.2015

Em reunião, foram discutidas demandas como acesso à água, infraestrutura das comunidades, construção de habitações, segurança alimentar, realização de cursos de capacitação e segurança pública



O governador Ricardo Coutinho anunciou, na manhã desta quinta-feira (12), a retomada da instalação de poços artesianos, de cisternas e o melhoramento do acesso aos quilombos, durante audiência com representantes da Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes (AAcade), lideranças quilombolas e auxiliares do Governo. Na ocasião, foram discutidas demandas como acesso à água, infraestrutura das comunidades, construção de habitações, segurança alimentar, realização de cursos de capacitação e segurança pública nas 38 comunidades quilombolas reconhecidas no Estado, que foram apresentadas em documento.

O governador Ricardo Coutinho afirmou que as comunidades quilombolas são tratadas como prioridade pelo governo e que a orientação para todas as secretarias é que ampliem as parcerias e acelerem os investimentos para resolver as demandas históricas de um povo que durante muito tempo ficou esquecido pelo poder público. Ele solicitou à Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia e ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) que priorizem as demandas de poços e cisternas, o desenvolvimento de ações produtivas e a melhoria dos acessos aos quilombos.

CONT.



Outra prioridade dos quilombolas são investimentos em habitações rurais nas comunidades de Pitombeiras, em Várzea; Barra de Oitis, em Diamante; São Pedro, em Catolé do Rocha; Suassuna, Areia Verão e Vila Teimosa, em Livramento; e Serra Feia e Aracati, em Cacimbas. O diretor técnico da Cehap, Cláudio Batista, informou que já está contratada a construção de 145 casas em quilombos, mas o órgão espera a liberação dos recursos por parte da Caixa e do Governo federal. "Infelizmente está havendo muita dificuldade na liberação dos recursos para as habitações rurais. Mas por orientação do governador, vamos estudar formas de investir com recursos próprios do Pró- Moradia ou do PSH nas situações mais emergenciais", observou.

A presidente da Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes, Francimar Fernandes, classificou a reunião como muito positiva por "amarrar" alguns pontos e compromissos com os secretários que vão fazer avançar a questão das demandas já colocadas, como a perfuração de poços e cisternas, já em execução, e o acesso aos quilombos. "O governador demonstrou muita atenção e determinação na resolução das pendências. No caso das habitações, que é o maior problema, ele pediu para a Cehap fazer um levantamento e estudar formas de construir casas nas comunidades com maior vulnerabilidade social", destacou.

Francimar Fernandes acrescentou que, desde que assumiu em 2011, Ricardo abriu as portas do Governo do Estado para as comunidades quilombolas e implementou várias políticas públicas e ações de reconhecimento da importância cultural do povo negro. "Em algumas áreas as ações não aconteceram na velocidade desejada, mas acreditamos que com esse novo contato as ações virão num ritmo desejado e dará ao povo quilombola uma melhor qualidade de vida", comentou.

O presidente da Associação dos Quilombolas Barra de Oitis, em Diamante, Antônio Delfino, agradeceu ao Governo do Estado por ações realizadas, como a implantação do sistema de abastecimento de água na comunidade e a distribuição de alimentos, e solicitou a melhoria da estrada de acesso. "Ricardo Coutinho foi o único governador a visitar o nosso quilombo e para levar um sistema de abastecimento que mata a sede de mais de 200 famílias", enfatizou.

Também participaram da audiência o diretor do DER, Antônio Fleming; o diretor de Recursos Minerais da Seimarhct, Marcelo Falcão; o diretor técnico da Cehap, Claudio Batista; a secretária da Mulher e Diversidade Humana, Gilberta Soares; o secretário de Segurança e Defesa Social, Claudio Lima; o secretário de Planejamento e Finanças, Tarcio Pessoa; o presidente da gestão integrada, Emater, Interpa e Emepa, Nivaldo Magalhães; e a representante da Secretaria de Desenvolvimento Humano, Francicleide Fernandes.

Representaram os quilombolas na audiência Geilsa Roberto (Mituaçu-Conde), Geraldo Gomes (Bomfim-Areia), Leonilda Coelho (Grilo- Riachão de Bacamarte.), Luis José (Fonseca-Manaira), Francisca Maria da Silva (Catolé do Rocha), Antonio Bugari (Barra do Oitis-Diamante), Damião (Pitombeira-Varzea), José Pequeno (Barreira-Coremas) –Francimar Fernandes e Luis Zadra acompanham pela AACade.

Fonte: Secom-PB



Boletim de Notícias - Edição nº 46/2015

Brasília, 13 de março de 2015.

Projeto leva justiça gratuita para ribeirinhos do Estado

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 12.03.2015

O objetivo é levar atendimentos jurídicos a população que vive as margens do Rio Paraguai



Projeto leva justiça gratuita para ribeirinhos de MS - Foto: Divulgação

A Defensoria Pública de MS participa do projeto social "Expedição da Cidadania", organizado pela Justiça Federal, Estadual Eleitoral e diversos órgãos do Poder Executivo, que tem como objetivo levar atendimentos jurídicos gratuitos a população ribeirinha que vive as margens do Rio Paraguai, além das pessoas que se encontram no interior de propriedades sem qualquer tipo de comunicação.

O projeto percorrerá o Rio Paraguai entre o trecho de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, a Cáceres, no Mato Grosso.

A iniciativa será realizada em duas fases. Na primeira, que começou nessa terça-feira (10) e segue até o dia 27 de março, serão feitos pré-atendimentos para a identificação das necessidades da população. A segunda etapa está prevista para o período de 11 a 29 de maio e será o momento de entregar os documentos, realizar as audiências de instrução e julgamento dos processos.

A Defensoria Pública de MS é representada no projeto pela Defensora Pública Substituta Maria Clara Porfírio de Moraes.

De acordo com a organização, a expedição percorrerá aproximadamente 600 quilômetros do Rio Paraguai e reúne cerca de 60 voluntários, que trabalharão junto às comunidades diferentes temas, que vão de orientações e atendimento jurídicos a ensinamentos sobre primeiros socorros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46/2015

Brasília, 13 de março de 2015.

Além do atendimento da Defensoria Pública, a população que mora nessas localidades também receberá serviços, como emissão de certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de pescador, concessão administrativa de benefícios previdenciários, serviços de saúde preventiva, entre outros.



Ribeirinhos em Poconé vão receber Termos de Autorização de Uso Sustentável
SÍTIO POCONET, 12.03.2015

A comunidade de pescadores do Rio Cuiabá-Piraim será a primeira em Mato Grosso a receber Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). A solenidade de entrega será realizada sexta-feira (13), e faz parte de um projeto-piloto da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no estado. Cerca de 30 famílias que ainda mantêm um vínculo forte com a pesca artesanal receberão a concessão.

A concessão do TAUS, disciplinada pela Portaria nº 089/2010, permite ao ocupante permanecer em bens de seu domínio, que são inalienáveis, mas, ao mesmo tempo, determina o encargo de preservar o bem público.

Outros projetos já estão em andamento, não apenas na região pantaneira, mas também na bacia do rio Araguaia, no leste do estado e região oeste, fronteira com a Bolívia. No total, em 2015, estão previstas a entrega de 160 Termos de Autorização em Mato Grosso.

Esse tipo de outorga já foi feita pela Superintendência do Patrimônio da União de Mato Grosso quando iniciou, no final de 2012, o Projeto Nosso Pantanal. Ele visa identificar as comunidades tradicionais ainda existentes às margens dos rios federais do pantanal mato-grossense e trabalhar pela sua permanência, colaborando, com isso, para a preservação desse importante ecossistema.

População

A região do pantanal de Mato Grosso se caracteriza pela presença de inúmeras comunidades tradicionais que habitam as margens do rio Cuiabá, em especial pescadores ribeirinhos, cujos territórios vêm sendo ameaçados por ocupação ilegal e turismo especulativo.

De acordo com a secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, a concessão de TAUS garante às comunidades segurança jurídica para continuar a retirar seu sustento da terra que habitam, além de lhes dar acesso a programas sociais do governo, como o Bolsa Verde e o Minha Casa Minha Vida Rural, entre outros.

A ação é fruto dos esforços conjuntos do atual Vice-Prefeito de Poconé, Emir Lucas, SPU, comunidades locais e diversos parceiros governamentais como Incra, Estados e Prefeitura.

Fonte: Da Redação

Sesai capacita profissionais para assistência a povos indígenas isolados

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 13.03.2015

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) está promovendo, durante esta semana, uma capacitação voltada aos profissionais que atuam na atenção à saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (PIIRC). O treinamento contribui para a qualificação dos profissionais que atuam na implementação das ações de saúde desses povos por meio das Equipes de Referência Central e Equipe de Referência de Campo. O evento está sendo realizado no auditório do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Maranhão e segue até esta sexta-feira (13).



Com a capacitação, a Sesai espera oferecer aos profissionais de saúde o aperfeiçoamento de sua formação voltada às atividades finalísticas operacionais de atenção à saúde dos PIIRC. Além disso, o curso está voltado ao aprimoramento do conhecimento referente às políticas públicas direcionadas aos PIIRC, proporcionando a reflexão sobre as práticas indigenistas e antropológicas e interfaces com a saúde dos PIIRC, bem como a reflexão acerca dos princípios, diretrizes e estratégias de atenção à saúde dos PIIRC.

“Ao final da capacitação, elaboraremos Planos de Ação de Atenção à Saúde para os Awa-Guajá, povo localizado no Maranhão, considerado de Recente Contato, e Planos de Contingência de Saúde, tendo em vista a possibilidade de quebra de isolamento de grupos indígenas isolados e surtos em povos indígenas de recente contato”, explica a técnica do Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI), Roberta Aguiar.

Segundo ela, o próximo passo, com a conclusão da capacitação, é enviar uma equipe para algumas terras indígenas onde possui unidade de saúde para a construção dos Planos de Ação e Contingência, com previsão de conclusão até o final da próxima semana.

Participam do treinamento servidores e colaboradores do DSEI Maranhão, além de diversos parceiros que fazem interface com a Sesai e os PIIRC, como representantes da Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão (SESMA), da Fundação Nacional do Índio (Funai), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), incluindo também o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Maranhão.

A ação contou ainda com contribuições de especialistas na área indígena, como o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles e Uirá Garcia, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), além de médicos com experiência de atuação junto aos PIIRC.



FAS mobiliza lideranças e agentes comunitários de saúde em encontro na RDS Rio Negro

SÍTIO ISA, 13.03.2015

Reunião teve como objetivo sensibilizar as lideranças comunitárias para a importância da implantação do projeto

O Projeto Primeira Infância Ribeirinha (PIR), desenvolvido pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), realizou na terça-feira (10) uma Mobilização Comunitária da Primeira Infância Ribeirinha. O objetivo do encontro é sensibilizar as lideranças comunitárias para a importância da implantação do projeto juntamente com os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs). Durante a reunião, houve ainda apresentação de resultados, aplicação de dinâmicas, exibição de vídeo sobre o projeto, que já atua em 18 comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro. O encontro ocorreu no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) Agnello Bittencourt Uchôa, localizado na comunidade Tumbira na mesma RDS.

Na ocasião, participaram do evento representantes da Saúde da Criança do Município de Iranduba, coordenação municipal do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade de Atenção Básica (PMAQ), coordenação da Saúde da Criança do Município de Iranduba, além de 16 Agentes Comunitários de Saúde integrados no PIR, 16 ACSs do município de Novo Airão sensibilizados em outubro de 2014, sete lideranças comunitárias, quatro supervisores do projeto, e um médico da estratégia da saúde da família.

"A liderança tem que ser companheira do ACS no projeto. Hoje acompanho a agente de saúde e deixo de fazer outras ocupações. Quando se fala de saúde e educação, dou meu apoio direto ou indireto. O projeto é de grande importância para as crianças e idosos", explica o líder da Comunidade Tiririca, Raimundo Oliveira da Silva.

Atualmente estão cadastradas no projeto 284 crianças de zero a seis anos de idade, além de 40 gestantes, acompanhados por 16 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que assitem 180 famílias localizadas nas comunidades: Terra Preta, Santo Antônio do Acajatuba, Tumbiras, Carão, Santa Helena, Saracá, Camará, São Tomé, São Francisco do Bujarú, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora de Fátima Nova Aliança, Marajá, Nova Esperança, Tiririca, Santo Antonio, 15 de Setembro, Nossa Senhora da Conceição, Terra Santa, inseridas nos municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru.

Os ACSs foram capacitados em cinco etapas, especializando a equipe em aplicação do modelo de visita para o desenvolvimento infantil. As oficinas ocorreram no NCS Agnello Bittencourt Uchôa, na comunidade Tumbira. "Antes eu tinha pouco conhecimento, não era bem reconhecido profissionalmente. Hoje em dia, depois de entrar no PIR, sou mais valorizado, sei

CONT.



como abordar as pessoas nas visitas, as mães cuidam melhor de seus filhos, as crianças perderam a timidez, falam melhor e me sinto mais seguro para trabalhar", enfatiza o ACS Antônio Evangelista Costa, que atende 52 famílias na Comunidade São Tomé.

"Este encontro é uma forma de reflexão sobre os resultados no projeto nas comunidades. Agora os ACSs estão aptos a dar continuidade ao trabalho. Todos foram capacitados e certificados, além do material de apoio de receberam", finaliza a coordenadora do PIR, Rhamilly Amud.

O Primeira Infância Ribeirinha, desenvolvido pela Fundação Amazonas Sustentável em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e a Secretaria de Estado da Saúde (SUSAM), financiado pela Fundação Bernard Van Leer, tem como objetivo promover atenção básica à saúde de crianças entre zero e seis anos de idade. Até o momento, o projeto já foi implementado em 18 comunidades ribeirinhas da RDS Rio Negro.

<http://fas-amazonas.org/2015/03/fas-mobiliza-liderancas-e-agentes-comunitarios-de-saude-em-encontro-na-rds-rio-negro/>



Mulheres Xinguanas cada vez mais fortes por meio da Associação Yamurikumã
SÍTIO FUNAI, 13.03.2015

Colaboração: Coordenação Regional do Xingu

Com apenas seis anos de existência, a Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas já tem história para contar. De aldeia em aldeia, essa força feminina vai reforçando o papel da mulher na sociedade indígena atual.



Foto: acervo Associação Yamurikumã

No final de 2014, a Associação Yamurikumã, com apoio da Funai, Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xingu, Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) e Instituto Catitu, realizou Rodas de Conversa das Mulheres Xinguanas nas aldeias Sobradinho, Kwarujá, Arayo e Yawalapíti, com o objetivo de mobilizar as mulheres xinguanas, consolidar a implantação da Associação Yamurikumã nas bases e esclarecer as comunidades e lideranças sobre o papel e o trabalho da associação com as mulheres.

As reuniões ocorreram em clima de união e expectativa e mostraram que os objetivos e planos da associação dialogam com os anseios das mulheres nas comunidades, consolidando sua representatividade política perante as mulheres e sua forma de trabalhar. Durante as Rodas de Conversa, foram abordados temas como o papel das lideranças tradicionais femininas, a formação da mulher líder segundo o costume de cada povo, como as mulheres podem se organizar e se mobilizar para fortalecer os trabalhos e a comunicação entre elas e a associação, além do planejamento das ações de 2015, em temas levantados que envolvem a saúde da mulher, o uso indevido das imagens das mulheres xinguanas, prostituição, lixo nas aldeias, entre outros.

As Rodas de Conversa contaram com a presença de Chica Arara (Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC), Marileia Taiua (CR Xingu/Funai), Mari Correa, Fernanda Sedlinger e Raquel Diniz (Instituto Catitu), além de lideranças do Parque Indígena do Xingu, como os caciques Siravé Kayabi, Tuiaraiup Kayabi, Korotowi Ikpeng, Aritana Yawalapiti, entre outros, e tiveram apoio dos professores indígenas, da ATIX e das comunidades que acolheram o evento ou que de alguma forma apoiaram a expedição.

Em 2015, como resultado das Rodas de Conversa, está prevista a realização da Grande

CONT.

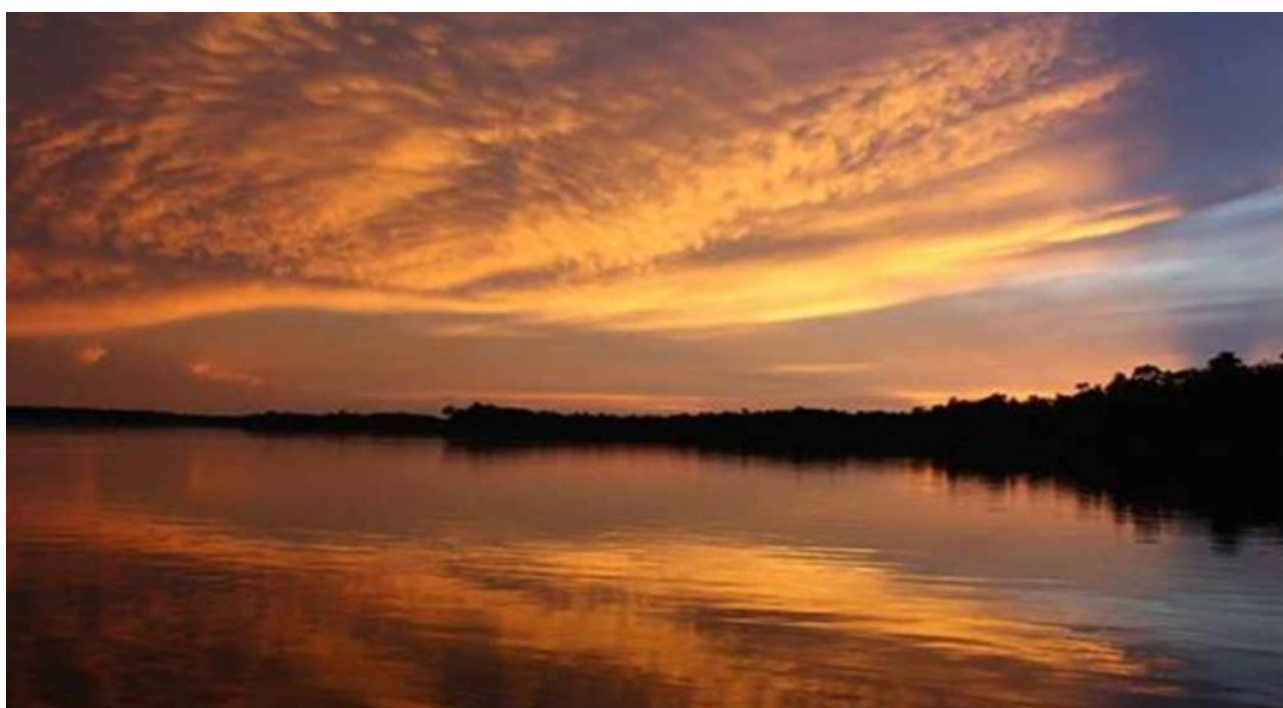


Assembleia de Mulheres Xinguanas, na aldeia Pyulaga do povo Waurá, além de mais duas expedições por regiões onde as mulheres têm reivindicado a presença da associação.

O que é a Associação Yamurikumã

Fundada em 2009, a Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas é formada por indígenas das quatorze etnias que constituem o Parque do Xingu, configurando-se como a responsável por canalizar as demandas das mulheres xinguanas e apresentá-las aos órgãos públicos e organizações não-governamentais. Dentre seus objetivos principais, destacam-se o resgate e o fortalecimento cultural das comunidades indígenas xinguanas, focados especialmente no papel das mulheres como alicerce fundamental do desenvolvimento sustentável do Parque do Xingu, além do fortalecimento da participação das mulheres nos espaços políticos e na defesa de seus direitos.

Justiça Federal em Alagoas determina posse definitiva da TI Xucuru Kariri
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2015



Justiça Federal em Alagoas / CIMI

O juiz federal titular da 8ª Vara Federal em Arapiraca, Antônio José de Carvalho Araújo, determinou um prazo de seis meses para a União Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) conceder a posse definitiva da Terra Indígena Xucuru Kariri, com 6.927 hectares, inclusive com a desintrusão dos atuais posseiros da área. O grupo Xucuru Kariri compõe-se, atualmente, de oito comunidades independentes, totalizando mais de três mil índios, em cerca de 600 famílias, no município de Palmeira dos Índios, a 135 km de Maceió. A sentença é de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.

Antônio Araújo determinou ainda que a Funai faça a conclusão da demarcação física das terras pertencentes aos Xucuru Kariri num prazo de 90 dias, tendo em vista a existência de verba orçamentária, bem como de empresa licitada e levantamento das benfeitorias das terras ocupadas. Após este prazo, a Funai e a União terão que concluir as avaliações de benfeitorias existentes em todos os imóveis incidentes na Terra indígena Xucuru Kariri, nos termos da Portaria do Ministério da Justiça nº 4.033, de 15/12/2010, num prazo de 90 dias.

CONT.



O juiz federal ordenou à União, à obrigação de destinar verba orçamentária à Funai, em caso de insuficiência, para garantir a continuidade da demarcação física, com pagamento dos recursos necessários, bem como o pagamento das benfeitorias de boa fé existentes nas terras ocupadas.

O processo de demarcação teve início no ano de 1988, com a criação de diversos grupos de trabalho pela Funai. Apenas em 2008, a Presidência da Funai aprovou as conclusões, reconhecendo os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Xucuru Kariri. Mas foi somente em 15 de dezembro de 2010 que a União reconheceu a existência da Terra Indígena Xucuru Kariri, por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 4.033/2010, homologando o relatório que fora publicado em 2008, reconhecendo uma área de 6.927 hectares pertencentes a esses povos indígenas. O processo demarcatório de terras indígenas encontra-se regulado na Lei nº 6.001/73 – Estatuto do Índio e no Decreto nº 1.775/96, cujas regras foram declaradas, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), compatíveis com a CF/88.

Na sentença, Antônio Araújo ordena ao Incra e à Funai, na pessoa de seus Superintendentes Regionais em Alagoas, que adotem, em caráter de urgência, as providências cabíveis para o cumprimento do disposto no art. 4º do decreto nº 1775/96, que determina: “Verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário federal dará prioridade ao respectivo reassentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico, observada a legislação pertinente”.

Assim, o Incra, como órgão competente, deverá priorizar um processo de reassentamento dos ocupantes não índios, sendo tal fato de extrema importância para minimizar os impactos gerados aos não índios, diz o juiz federal.

Prejuízos e violência

Segundo o juiz federal Antônio Araújo, a demora na demarcação das terras tradicionais dos índios Xucuru Kariri lhes traz prejuízos irreparáveis, sejam eles culturais, de insegurança alimentar, de violência intertribal, bem como de insegurança social decorrente do conflito de terra com os não índios da região, que se arrasta há mais de três séculos. Sem a terra, os índios enfrentam dificuldades em manter a forma própria de organização social e, com isso, têm dificuldades de passar para as próximas gerações os seus costumes, suas línguas, suas crenças e tradições.

“As dificuldades práticas de sobrevivência encontradas nos espaços territoriais exíguos e insuficientes para a sua reprodução física e cultural têm levado esse grupo étnico a empreender, ao longo dos últimos 30 anos, ocupações forçadas de fazendas vizinhas aos aldeamentos, além de disputas internas ao grupo, com episódios de violência extrema incluindo homicídios”, ressalta o magistrado na sentença.

O juiz federal chama a atenção para outro grande prejuízo enfrentado pelos Xucuru Kariri: o

CONT.



histórico conflito com a comunidade não indígena de Palmeira dos Índios, conflito este que tem cada vez mais se acirrado, em decorrência da insegurança jurídica gerada pela demora do cumprimento dos dispositivos constitucionais. “Prova desse histórico é a gama de ações possessórias em trâmite na 8ª Vara Federal de Arapiraca, todas almejando a evasão dos índios de propriedades rurais localizadas no Município de Palmeira dos Índios”, diz.

Os povos indígenas são os primeiros habitantes do Brasil, devendo ser respeitados em sua plenitude, com a manutenção de sua cultura, tradição e costumes. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (Art. 231, CF de 88).

Segundo estudos antropológicos, os índios Xucuru teriam migrado da aldeia Simbres, atual município de Pesqueira, Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida no Nordeste e se estabelecido nas margens do ribeirão da Cafurna, entre as terras da Fazenda Olho d’Água do Acioly e a Serra da Palmeira, enquanto que os Cariris teriam vindo posteriormente da Aldeia do Colégio de São Francisco, atual município de Porto Real do Colégio, da etnia Waconã e se estabelecido na serra do Cariry, onde construíram uma pequena capela no atual sítio chamado Igreja Velha. Os sobreviventes Wakoná ou Aconã da Serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, já em 1938 atribuíram-se o nome Shucuru-Karirí.

Em caso de eventual descumprimento dos prazos estabelecidos na sentença, o magistrado fixou multa diária de R\$ 2 mil.

Foto de Oiara Bonilla



Boletim de Notícias - Edição nº 46/2015

Brasília, 13 de março de 2015.

Resultado final do primeiro edital para apoiar planos de gestão ambiental e territorial para Terras Indígenas da Caatinga e do Cerrado
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2015



Funai

Confira aqui o resultado final do primeiro edital da ação que visa apoiar entidades na elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PGTAs) em Terras Indígenas, localizadas total ou parcialmente nos biomas Caatinga e Cerrado, conforme limites definidos pelo IBGE/MMA.

Esta iniciativa é uma importante contribuição na implementação da PNGATI-Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial e Ambiental (Decreto Presidencial nº 7747 de 05/06/2012) e da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei 12.187 de 29/12/2009), em que os PGTAs são instrumentos fundamentais que atendem os princípios e as diretrizes dessas duas Políticas.

A avaliação dos projetos enviados ficou a cargo de uma comissão formada por técnicos da Funai, do MMA, do PNUD e da equipe de gestão do Projeto Implementação da PNGATI (BRA 13/019).

CONT.



Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável –DPDS
Unidade de Gestão do Projeto BRA/13/019
SBS, Quadra 2, lote 14, Ed. Cleto Meireles, 6º andar – Brasília – DF 70070-120
Tel: (61) 3247-6898 – e-mail: bra.pngati@funai.gov.br

Unidade de Gestão do Projeto BRA/13/019
RESULTADO FINAL DO EDITAL 001/2014

Objeto: Apoiar a elaboração de etapas ou da totalidade de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas localizadas total ou parcialmente nos biomas Caatinga e Cerrado.

Proponente	Terra(s) indígena(s)	RESULTADO
Associação de Moradores Aldeia Cabeceira - AMAC	Nioaque (MS)	Reprovada
Instituto Teribre	São Domingos (MT)	Aprovada com condicionantes orçamentárias
Associação Indígena Xavante Norotsu'rá - ASIXNOR	Parabubure, Ubuwawe e Chão Preto (MT)	Aprovada com condicionantes orçamentárias e técnicas
Instituto Yukamaniru de apoio às mulheres indígenas Kurá Bakairi	Bakairi e Santana (MT)	Aprovada com condicionantes orçamentárias e técnicas
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES	Caxixó (MG)	Aprovada integralmente
Operação Amazônia Nativa - OPAN	Marãiwatsédé (MT)	Aprovada integralmente
Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido - ADELCO	Tapeba (CE)	Aprovada integralmente
Centro de Cultura Luiz Freire - CCLF	Kapinawá (PE)	Aprovada com condicionantes orçamentárias e técnicas
Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI	Xakriabá e Xakriabá Rancharia (MG)	Aprovada com condicionantes orçamentárias

CONT.



Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável –DPDS
Unidade de Gestão do Projeto BRA/13/019
SBS, Quadra 2, lote 14, Ed. Cleto Meireles, 6º andar – Brasília – DF 70070-120
Tel: (61) 3247-6898 – e-mail: bra.pmgati@funai.gov.br

Proponente	Terra(s) indígena(s)	RESULTADO
Instituto Etnoambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV	Tubarão Latundê (RO), Juininha (MT) e Tremembé da Barra do Mundaú (CE)	Aprovada com condicionantes orçamentárias e técnicas
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC/GO	Carretão I e II (GO)	Aprovada com condicionantes técnicas
Conselho Indígena Tremembé do Córrego das Telhas - CITCT	Córrego João Pereira e Queimadas (CE)	Aprovada com condicionantes orçamentárias
Organização Indígena Aldeia Ktepo Xerente - OIAKX	Xerente (TO)	Aprovada com condicionantes orçamentárias
Organização Indígena Tronco Velho Pankararu	Pankararu (PE)	Aprovada com condicionantes orçamentárias
Associação de Arte-Cultura Indígena Kekleeini-so Fulni-ô	Fulni-ô (PE)	Reprovada
Associação Parque Dois Irmãos	Kambiwa (PE)	Aprovada com condicionantes orçamentárias
Centro Maranhense de Estudos Sócio-Ambiental e Assessoria Rural - CEMEAAR	Arariboia (MA)	Aprovada com condicionantes orçamentárias e técnicas

Brasília, 12 de março de 2015.



Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: quem vai participar? Os Munduruku? Os Borari e Arapium? Dona Damiana?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2015

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Como pode ser visto na notícia e no vídeo abaixo, a Embratur já está lançando na Europa o material de divulgação dos chamados Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, prometendo reunir “mais de 2 mil indígenas de mais de 30 países” no Tocantins, em setembro. Em outro release – “Cultura indígena, mais uma manifestação da diversidade do Brasil” –, o presidente do órgão, Vicente Neto, afirma:

“O sucesso desse evento, coordenado pelo Comitê Intertribal, Prefeitura de Palmas e Ministério do Esporte, com o apoio da Embratur, se converterá em importante promoção internacional do País, com resultados positivos para a imagem do Brasil e tem grande perspectiva de inserção de destinos turísticos do Estado do Tocantins e de outras regiões brasileiras, em especial nos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura”.

As imagens do vídeo promocional, que tem legendagem em diversos idiomas, são belas e vibrantes, mostrando “índios” fortes, saudáveis, devidamente paramentados de acordo com suas respectivas culturas, cantando, dançando, competindo em seus rituais, sorrindo. Tudo, na verdade, que desejamos aconteça. Qual é então o problema?

Para mim, pelo menos, o problema é que olho essas belas imagens e me lembro de outras. A primeira delas, que fere e não me sai da cabeça enquanto escrevo, é o olhar meio assustado de um menino com o lábio superior levemente deformado: Gabriel. Num flash, vem outra, que levou algumas pessoas à indignação, quando publiquei: uma foto mostrando o corpo de um adolescente, da cintura para baixo, pendurado de uma árvore. Um pouco menos trágica que esses dois diferentes tipos de assassinatos, vejo o rosto marcado de Dona Damiana tendo atrás alguns túmulos na pequena área retomada à beira do canal da usina. E eles, onde ficam? Onde estão?

Como ficam os “resultados positivos para a imagem do Brasil”, para além dessa festa da qual com certeza não participarão a comunidade de Kurusu Amba, ontem temporariamente protegida contra uma violenta reintegração de posse por Lewandowski? Onde ficam os Borari e os Arapium da Terra Indígena Maró, que um juiz afirmou não existirem? Onde ficam os Tupinambá das retomadas ou mesmo os Munduruku, que corajosamente desistiram de esperar pelo cumprimento da Constituição de 1988 e estão fazendo a auto-demarcação de seu Território?

As notícias que diariamente chegam, lemos e postamos sobre os Povos Indígenas brasileiros

CONT.



-esses mesmos que se pretende mostrem sua força, beleza, culturas e tradições nos tais Jogos Mundiais- não poderiam ser mais agressivamente revoltantes. O que a Embratur reconhece como importantes exemplos da "nossa diversidade", muitos legisladores, juízes e até ministros tratam como 'atrasos' a serem varridos dos caminhos do 'progresso' do agronegócio, das barragens, da mineração.

Suas identidades precisam ser negadas, afinal, para que uma 'opinião pública' anestesiada por meios de comunicação a serviço do capital não se indigne à medida em que eles são varridos para a beira das estradas, para as periferias das cidades, para longe, enfim, das terras que conservaram e pelas quais zelaram ao longo dos tempos.

Não quero saber de penas e penachos. Neste momento, não quero saber dos desenhos feitos com a força do urucum. Ou das maracas, das danças, dos cantos. Pelo menos, não quero saber dessas manifestações de alegria representadas no vídeo abaixo. Quero saber, sim, de indignação e de revolta. Quero saber até quando aceitaremos, nós, "não indígenas", o etnocídio que se desenvolve neste mesmo País onde vivemos e com a omissão da maioria absoluta da população.

Não quero essa mentira colorida, quando tantos velhos, adultos, adolescentes e crianças indígenas bebem água poluída nas margens das estradas, adoecem de contaminação, são estupradas em aldeias/favelas, buscam um refúgio no álcool, matam e são mortas pela desesperança.

Chega de vergonha! Em vez de jogos coloridos, que usem esse dinheiro na luta pelo respeito e pela demarcação das terras indígenas, já!

Embratur lança, na Alemanha, vídeo dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas

Ação promocional destaca riqueza cultural dos povos indígenas e convida os turistas a visitarem o Brasil

Embratur

Imagens emocionantes de índios competindo Tiro com Arco e Flecha, Arremesso de Lança, Cabo de Força, Corrida de Tora e outros esportes tradicionais da cultura indígena ilustraram o vídeo promocional dos Jogos Mundiais Indígenas, lançado oficialmente pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) na ITB Berlim, que acontece durante esta semana na Alemanha.

A ação faz parte da promoção da primeira edição mundial do evento, que reunirá mais de 2 mil indígenas de mais de 30 países entre os dias 18 a 27 de setembro em Palmas (TO).

"Pela primeira vez será realizado uma competição que reunirá indígenas de várias etnias, mostrando ao mundo nossa diversidade e capacidade de sediar eventos mundiais", disse o presidente da Embratur, Vicente Neto.

CONT.



Além dos indígenas brasileiros, também estarão presentes os povos dos países das Américas, Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 24 etnias devem participar da competição.

Hoje mais de 305 etnias indígenas vivem no País e, para o organizador dos jogos, Marcos Terena, a competição ajudará a fortalecer esses povos. "O objetivo é unir essas nações indígenas", explica.

Vídeo

Apresentado na versão de 3 minutos e com legenda em inglês, o vídeo também será legendado em espanhol, francês e português lusitano. As versões de 30 segundos também serão traduzidas para os mesmos idiomas.

[Assista ao vídeo.](#)



MP investiga suposto caso de violência policial em comunidade cigana
SÍTIO CORREIOWEB, 13.03.2015

O relato inclui revista íntima em mulheres sem a presença de uma militar feminina na equipe, ameaças de morte, buscas nas lonas sem mandado judicial, quebra de televisores e moradores sem poder ir ao banheiro urinando nas calças

O Ministério Público Federal (MPF) investiga um suposto caso de violência policial em uma comunidade cigana às margens do km 16 da BR-020, próximo a Sobradinho. Segundo a denúncia dos moradores, 39 PMs da Rotam entraram, sem mandado judicial, na chácara ocupada por cerca de 50 pessoas e cometeram uma série de irregularidades em uma abordagem para apreender armas. Em nota, a PM rebateu as denúncias e informou que "toda a operação foi filmada demonstrando a total lisura e transparência das ações". A corporação enviou um vídeo de aproximadamente um minuto, abaixo exposto.

A operação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), na tarde de 6 de março, resultou no recolhimento de dois revólveres .38 e uma garrucha, de acordo com os próprios ciganos. Na ocorrência registrada na 16ª Delegacia de Polícia (Planaltina), constam quatro revólveres, sendo três de calibre .38 e um .32, uma espingarda 5.5 e diversas munições. Os três proprietários das armas foram autuados, pagaram fiança e foram liberados.

O problema, porém, seria a forma como teriam sido abordados. De acordo com o MP, os policiais entraram no ambiente com bombas de efeito moral e, já no início, os estilhaços acertaram e feriram três crianças que jogavam futebol na entrada do local. Daí para frente, o relato inclui revista íntima em mulheres sem policial feminina na equipe, ameaças de morte, buscas nas lonas sem mandado judicial, quebra de televisores e moradores sem poder ir ao banheiro urinando nas calças na frente dos filhos.

Veja o vídeo de aproximadamente um minuto enviado à reportagem pela assessoria de imprensa da Polícia Militar do DF:

[Assista ao vídeo.](#)

Segundo o presidente da Associação dos Ciganos das Etnias Calon de Brasília, Elias Alves da Costa, a abordagem aconteceu por preconceito. "Um policial falou que índios, ciganos e sem-terras devem acabar. Desrespeitaram todos nossos direitos, derrubaram nossa comida no chão, rasgaram nossas roupas, abriram fraldas de crianças para ver se tinha algo dentro, fizeram uma idosa levantar a saia na frente dos filhos e disseram que nos matariam caso reagíssemos", relatou. De acordo com o MP, os ciganos têm permissão concedida pela União para ocupar o território.

CONT.



Nesta sexta-feira (13/3), está previsto um encontro do procurador à frente do caso, Felipe Fritz, do 1º Ofício de Cidadania, com o corregedor-geral da PMDF, tenente-coronel Braga Reis, para ouvir a versão da polícia e dar prosseguimento às investigações. "O delegado Édson Medina, da 16ª DP, disse não ter sido avisado da operação. Por quê? Por que usaram helicópteros e várias viaturas para agir ali? Quem pediu essa operação?", questionou Fritz.

Leia a íntegra da nota da Polícia Militar:

Diante das denúncias realizadas contra o Batalhão de ROTAM - PMDF durante a ocorrência de apreensão de armas de fogo no acampamento dos Ciganos é importante levantar as seguintes considerações:

A denúncia é um direito de todo cidadão contudo, conforme código penal e processo penal, cabe a quem denuncia o ônus da prova sob pena de incorrer em crime de denúncia caluniosa.

A polícia militar de acordo com a CF e o código penal tem o dever de agir diante de denúncias não cabendo recusa sob pena de incorrer em omissão ou prevaricação.

Toda operação foi filmada demonstrando a total lisura e transparência das ações, sendo que as alegações a seguir podem ser comprovadas pelas imagens e pela ocorrência registrada na 16ª delegacia.

A operação se deu diante de denúncias anônimas da comunidade de que na região costumadamente ocorriam disparos de arma de fogo, roubos e brigas envolvendo indivíduos armados, fatos que podem ser comprovados ao se verificar o histórico de ocorrências registradas na delegacia no local do acampamento e em suas adjacências.

A operação se deu sob forte chuva em ambiente rural, sendo que havia em torno de dez barracas e duas tendas maiores, e que durante o primeiro momento foram feitas buscas nas barracas para averiguar a existência de pessoas armadas sendo que todos foram conduzidos para a tenda maior que era aberta e permitia uma boa circulação de ar. Conforme as imagens cerca de 30 ciganos foram postos na tenda e os próprios policiais buscaram por cadeiras em outras tendas para que os mais idosos e gestantes pudessem se sentar enquanto era realizada a busca por armas nas barracas. Verifica-se portanto que os moradores apenas tomaram chuva no caminho de suas barracas para a tenda principal.

Quanto à alegação de que os policiais se utilizaram de armas de fogo para ameaçar os moradores, cabe salientar que durante as buscas foram encontradas 8 armas de fogo, 14 facas e em torno de 80 munições fato que comprova o grau de periculosidade dos abordados. Foram encontradas armas de fogo na posse de mulheres, e munições com crianças sendo que foram tomados todos os procedimentos de segurança necessários para garantir a integridade física dos ciganos e dos policiais. Retirar 21 armas e munições das ruas sem efetuar nenhum disparo ou lesionar qualquer envolvido pode ser considerado uma ação policial de sucesso, pois demonstra a precisão da ação sem causar qualquer dano colateral.

CONT.



No que tange à denúncia de furto de celulares, esclarecemos que todos os itens que foram apreendidos foram relacionados em ocorrência própria e aqueles itens os quais o delegado não viu a necessidade de arrolar ao inquérito foram restituídos ao final do registro na 16ª Delegacia de Polícia Civil de Planaltina –DF sendo entregues ao advogado e ao filho do dito líder da comunidade sendo que os mesmo assinaram o recebimento dos pertences.



Governo Federal planeja assentar 120 mil famílias nos próximos quatro anos

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 13.03.2015

O governo federal planeja assentar cerca de 120 mil famílias nos próximos quatro anos, disse ontem (12) o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. "Não podemos aceitar que as pessoas fiquem morando debaixo de lona.

A nossa prioridade é assentar as famílias acampadas. Já temos o levantamento de 60 mil famílias que foram cadastradas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e vamos agora cadastrar aproximadamente 60 mil famílias", disse o ministro, na primeira reunião do ano do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Segundo Patrus Ananias, a meta é assentar as famílias nos próximos quatro anos. "Vamos levantar as terras públicas disponíveis, mas também vamos trabalhar com as terras privadas que possam ser, nos termos da lei, desapropriadas ou compradas."

De acordo com o ministério, no ano passado, 22,3 mil famílias foram beneficiadas com a reforma agrária, e, desde 2011, foram assentadas cerca de 101 mil famílias.

Para Patrus Ananias, outro desafio é ampliar a infraestrutura dos assentamentos, dotando-os de condições para a melhoria de vida dos assentados. "A prioridade também é transformar os assentamentos em espaços autossuficientes, com efetiva produção agrícola, e com acesso à educação, cultura, inclusão digital, atividades esportivas, água, saneamento e estradas."

Representantes do governo e de entidades ligadas à agricultura debatem, até hoje (13) a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, voltado para a agricultura familiar e a agroecologia. O público-alvo do plano são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, povos indígenas e quilombolas, mulheres e jovens do campo.

Agência Brasil



Prefeito busca apoio para o setor pesqueiro da região sul

SÍTIO RÁDIO CULTURA RIOGRANDINA, 13.03.2015

O secretário da Pesca Ederson Silva e o secretário executivo de Defesa Civil Glênio Freitas, reuniram-se na tarde de quinta-feira (12), com os representantes dos pescadores artesanais a fim de discutirem a atual situação da safra 2014/2015, que vem sendo frustrada.

Segundo o secretário Ederson Silva, o prefeito Alexandre Lindenmeyer estava em Porto Alegre (12), reunido com o Secretário Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, Tarcísio Minetto, acompanhado do secretário de Inovação e Desenvolvimento, Emprego e Renda, Jordano Marques, e com Torquato Pontes Neto, para apresentar um Projeto em busca de recursos com os Governos Federal e Estadual, garantindo assim o Cartão Emergencial aos Pescadores Artesanais.

De acordo com o prefeito, Alexandre Lindenmeyer, na reunião foi tratada a importância do setor pesqueiro para a região Sul, e a formação do Conselho Municipal da Pesca, que deve ser aprovada pelo legislativo local, isso se dá devido a importância do setor pesqueiro para o Município. Além disso, o prefeito afirmou que na próxima semana estará em Brasília, para viabilizar recursos para as cidades de Pelotas, Tavares, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Rio Grande, através do Fundo Rotativo de Emergência da Agricultura Familiar.

Lindenmeyer, disse que na segunda-feira (16), estará assinando o Decreto de Emergência, para os Pescadores Artesanais o que garantirá o Cartão Emergencial para os pescadores locais, e também solicitou que outros Municípios formatem uma proposta junto com o Executivo Municipal, e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para financiamento para a Agricultura Familiar, buscando assim alternativas para diversos setores entre eles a Pesca.

Ademais, ele informou que Rio Grande receberá uma empresa de energia solar (fotovoltaica), que irá permitir aproximadamente 1400 placas geradoras para a cidade e para o campo também o que irá gerar emprego e renda para o Município.

Em tempo...

Na reunião ontem (12) em Rio Grande, o secretário da Pesca, Ederson Silva, apresentou aos pescadores os laudos que foram feitos pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e pela Emater, com relação à safra de camarão. Os laudos apresentados esclareceram os motivos da frustração da safra aos pescadores, entre eles a intensidade das chuvas constantes dos últimos meses.

Na reunião o secretário executivo de Defesa Civil Glênio Freitas, expressou a preocupação do

CONT.



Executivo Municipal com relação à situação vivida hoje pelos pescadores, bem como explicou que o excesso de chuvas foi uma das causas da frustração da safra. Freitas informou aos pescadores que para o Município decretar situação de emergência é necessário preencher alguns requisitos estabelecidos na Legislação Nacional.

Conforme o secretário Executivo de Defesa Civil “a decretação é autonomia do Município, porém precisa ser reconhecida pelo Estado e pela União, pois se a prefeitura decretar e a União homologar nós estaremos aptos a receber os recursos federais”.

No mesmo momento que ocorria a reunião o prefeito Alexandre Lindenmeyer reunia-se com o Secretário Estadual de Secretário Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, Tarcísio Minetto, que apresentou a proposta, na reunião o secretário Estadual de Desenvolvimento mostrou o comprometimento do Governo do Estado disponibilizando recursos para os pescadores.

Na ocasião os pescadores comentaram sobre a atual situação que enfrentam e afirmam que a situação é a mesma em todas as localidades de pesca e solicitam a intervenção do Executivo, pois a situação é ruim desde a safra do ano passado.

Estiveram presentes na reunião Danieli Veleza Moura, Membro do Foro da Lagoa dos Patos, Nilmar Conceição Presidente da Colônia de Pescadores Z3 Pelotas, Nilton Machado, Presidente da Colônia de Pescadores Z1, Vereador Claudio Costa, Vereador e Presidente da Associação de moradores da Barra, João da Barra, Secretário Adjunto da Pesca, Enedi Pouzada, pescadores da São Miguel e das Ilhas dos Marinheiros e da Torotama.

Fonte: PMRG

Prefeitura de Macapá decreta situação de emergência no Bailique

SÍTIO GLOBO.COM, 13.03.2015

*Decreto prevê solução para desabamento de casas e construção de posto.
Chuvvas e invasão da água do mar provocam erosão de encosta nas ilhas.*



Fortes chuvas e influência da água salgada influenciam no fenômeno
(Foto: Aline Brito/Ascom PMM)

O processo avançado de erosão nas encostas ribeirinhas dos canais fluviais do Arquipélago do Bailique, em Macapá, resultou na assinatura de um decreto de situação de emergência para a região nesta sexta-feira (13). A situação foi decretada durante uma reunião entre o prefeito da capital, vereadores e a Defesa Civil, que elaborou um relatório alertando sobre o fenômeno das "terras caídas", responsável pela destruição de casas em comunidades ao longo das oito ilhas que compõem o Bailique.

O prefeito de Macapá Clécio Luís (PSOL) explicou que a validade do decreto será até a resolução de problemas graves dos desabamentos, como a realocação de ribeirinhos e a reconstrução do posto de saúde da comunidade de Vila Progresso, a maior da região, que teve parte da estrutura comprometida e corre o risco iminente de desmoronar. As fortes chuvas que atingem a região e a invasão da água do mar nos canais das ilhas são os fatores responsáveis pela elevação do das águas.

CONT.



"Hoje estamos com 38 casas com perigo de cair no barranco, além das passarelas principais na frente da Vila Progresso, que já estão todas destruídas. As obras para contenção desses problemas são muito caras, demoradas, e não temos condições nesse momento. Vamos fazer o possível para cuidar da vida e da saúde dessas pessoas. Estamos planejando reconstruir o posto em um local a 800 metros da margem do canal", disse o prefeito.

Inicialmente os recursos aplicados no arquipélago serão da própria PMM que alegou dificuldade para captação de verba federal. "Decretamos a emergência apenas para avaliação das nossas ações. Vamos procurar o Governo Federal, mas não é possível conseguir de certeza esses recursos, pois eles são avaliados a partir dos prejuízos, e nesse caso não perdemos um valor tão grande para justificar o investimento federal", detalhou Clécio Luís.

Terras caídas

Estudos da Defesa Civil indicam que pelo menos 70 metros da orla da Vila Progresso foi 'engolida' pelas águas nos últimos 20 anos. Um novo levantamento indica que desde o início de março quase cinco metros avançaram na comunidade, comprometendo além das casas, o porto da Vila, que foi interditado após ter alguns dos pilares de concreto danificados.

Não há equipes permanentes para auxílio das famílias durante as fortes chuvas, e o acesso ao arquipélago é feito apenas pelo rio Amazonas ao longo de 12 horas de viagem. Para amenizar a população um plano emergencial foi definido contando com auxílio dos próprios ribeirinhos de agentes públicos de saúde e segurança.

Manifestantes invadem Eletrobras e cobram melhorias no serviço

SÍTIO GLOBO.COM, 13.03.2015

*Grupo era formado por moradores de comunidades ribeirinhas.
Protesto foi contra valor da tarifa e abastecimento precário de energia.*



Manifestantes ocuparam empresa e reclamaram do valor cobrado pela energia
(Foto: Gilcilene Araújo/G1)

Cerca de 250 manifestantes invadiram o prédio da Eletrobras na manhã desta sexta-feira (13). O grupo formado por moradores de comunidades ribeirinhas das cidades de Palmeirais, Amarante e Parnarama, no Maranhão, exigia uma reunião com um representante da empresa e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). A Polícia Militar foi acionada para tentar evitar tumultos.

Com faixas e cartazes os moradores pediam melhorias no fornecimento de energia elétrica e reclamaram do valor cobrado pelo serviço. De acordo com Maria Gonçalves, que integra a comissão organizadora do Movimento dos Atingidos por Barragens, em algumas comunidades não existe rede de distribuição e os moradores estão às escuras.

CONT.



“Nosso movimento é pacífico porque queremos apenas um encontro com esses representantes para entregar a nossa pauta de reivindicações. Não entendemos a presença da Polícia Militar. O que não podemos é aceitar que em pleno século XXI comunidades ainda vivam na escuridão”, disse.

Os manifestantes permaneceram dentro da empresa, mas não tiveram acesso às salas da administração e diretoria. Após a entrada do grupo, os portões da Eletrobras foram fechados e a entrada do público ficou restrita.

Por volta das 10h30, a direção da empresa recebeu a comissão formada por 10 manifestantes. A imprensa não teve acesso à reunião.